

## DAS MARGENS AO CENTRO: UMA ABORDAGEM DO ENSINO DE HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA PELO OLHAR DA ONHB

Sarah Vitória Martins da Silva<sup>1</sup>  
Taissa Renally Cândido Marques<sup>2</sup>  
Glays Richeles Araújo Veiga<sup>3</sup>

### RESUMO

Neste artigo, relatamos como a participação de discentes na Olimpíada Nacional em História do Brasil (ONHB) é fundamental para a construção de um processo de autonomia de conhecimento e desenvolvimento de uma “consciência histórica” (Rüsen, 2010). Sendo esta olimpíada uma forte alternativa de prática pedagógica principalmente para que a Lei 10.639/2003 seja aplicada. Metodologicamente foram mapeadas e separadas quatro questões da prova da ONHB (edições 9ª, 10ª e 11ª) e que apresentavam a temática afro-brasileira e negra buscando realizar um comparativo entre as práticas educativas e metodológicas da ONHB frente à abordagem contida no livro didático adotado pelo IFPB – CG. Tendo em vista que a temática negra esta presente nos livros, porém, demonstrando uma leitura conservadora e estereotipada e que mantém a população negra as margens da história, buscamos fazer um “mergulho em novas fontes” (Farge, 2017) e dialogar com o passado trazendo ao palco da história atores sociais, excluídos ou negligenciados. “Táticas e estratégias” (De Certeau, 2011) foram desenvolvidas para compreender como a história afro-brasileira é abordada nas escolas por meio dos livros didáticos ofertados pelo Ministério da Educação e pode ser contraposta pela perspectiva da ONHB. Neste cenário, a participação na ONHB mostra-se como uma opção, tanto em relação ao aprendizado de novas informações, leituras interpretativas de fontes, quanto às reflexões que obriga os participantes a fazerem, por consequência, desenvolvendo cidadãos conscientes, críticos e participativos.

**Palavras-chave:** Ensino de História, Afro-brasileiro, ONHB, prática metodológica.

### INTRODUÇÃO

O simples ato de folhear um livro didático de história pode trazer a uma criança inúmeras sensações, principalmente se ela for de melanina escura. Desperta alegria, curiosidade, descobertas, encanto. Entretanto, muitas crianças não sentem essas sensações ao percorrer as páginas do seu livro didático, pois ela encontrou nas imagens, textos, intertextos e representações, uma história de sofrimento, medo, exclusão e legitimação de estereótipos que o perseguem e teimam em legitimar esse lugar de exclusão para o negro.

O incomodo gerado pela forma como o negro foi inserido nos livros didáticos, nos conduziu a buscar o que De Certeau (2011) chamou de “estratégias e táticas” no fazer educacional e a indagar se seria possível estudar a história do Brasil fugindo da perspectiva

<sup>1</sup> Cursando o Técnico integrado ao Médio em Química – IFPB – CG, sarahsilvah208@gmail.com;

<sup>2</sup> Cursando o Técnico integrado ao Médio em Química – IFPB – CG, taissarcandido@gmail.com;

<sup>3</sup> Professor de História do IFPB – CG, Mestrando do PPGH - UFCG, glaydshistoria@hotmail.com;

historiográfica que marginaliza, coisifica, silencia ou insere o personagem negro em um patamar inferior frente aos demais agentes sociais da história. .

Uma estratégia de “prática educativa” desenvolvida para facilitar a construção de um novo olhar sobre a história e convidar o aluno a entender que ele pode fugir do livro didático e buscar compreender eventos históricos por outra visão, é participar das olimpíadas de conhecimentos. Uma dessas olimpíadas de conhecimentos foi criada em 2009 na Unicamp e recebeu o nome de Olimpíada Nacional em História do Brasil (ONHB).

A ONHB nasce como um projeto de extensão desenvolvido entre o Museu Exploratório de Ciências e o Departamento de História e pós-graduação da Unicamp. Todavia, a olimpíada compreende o que diz respeito a um estímulo para o debate sobre a história nacional, através da leitura prévia e interpretação de imagens e textos. Cabe citar que através da referida olimpíada é possível compreender que o ensino da história é muito mais que fazer fichamentos, ou ler um capítulo do livro didático de forma geral, ou melhor, ver o modelo tradicional imposto pelo sistema educacional vigente, pois quando se pertence a raça negra, é importante lembrar o modo no qual tal assunto é tratado.

E é exatamente o que a mesma traz um conjunto de memórias de grupos sociais excluídos da sociedade devido a sua resistência e condições de vida, ademais, Gomes (1995) afirma: “O aluno negro, ao ingressar na escola, além de encontrar a história de sua raça trabalhada de maneira folclorizada, ainda encontra reforços por parte do corpo docente no que diz respeito à negação de sua origem racial”

Por meio da elevada democratização da área de ensino no Brasil, se fez necessário que o Governo proporcione um conjunto de livros didáticos para professores e alunos com o intuito de auxiliar no processo de ensino-aprendizagem nas instituições de ensino.

No entanto, no decorrer dos anos a particularidade junto ao lugar dos afro-brasileiros dos respectivos livros tem se mostrado ineficazes, em muitos casos, visto que mesmo sendo avaliados pelo Ministério da Educação, apresenta ainda, uma visão tradicional da história, escrevendo a comunidade negra de forma marginalizada, o que dificulta legitimar o negro na sociedade brasileira como um cidadão com direitos e deveres iguais a todos, ferindo tanto a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 quanto a Constituição Brasileira de 1988.

Assim, é possível e preciso refletir se uma criança negra que estuda com livros didáticos que apresentam a imagem do negro depreciado, possivelmente sentirá profundas dificuldades na formação da sua identidade e na elevação da sua autoestima. sobre essa afirmação Silva comenta:

“Isso tem um impacto sobre a construção da identidade dos educandos de ascendência africana, indígena e mestiça, que não encontram referências positivas a sua origem, a sua cultura e a sua história, omitida ou mostrada de maneira caricatural, estereotipada e folclorizada na escola.” (SILVA, 1995, p. 135).

Buscando mudar essa realidade encontrada nos livros didáticos, e dentro das escolas, foi aprovada, em 2003, a Lei 10.639 que altera a Lei das Diretrizes Básicas da Educação (LDB) inserindo a história e cultura afro-brasileira e africana como conteúdos obrigatórios. Seis anos depois, em 2008, a Lei 11.645 inclui também a história e cultura dos povos indígenas brasileiros.

Para alguns especialistas, as supracitadas leis tinham efeito multiplicador e convidavam a realização de mudanças na formação dos professores e principalmente na composição dos materiais didáticos. Elas foram primordiais e sensíveis para que se perceba que nas “senzalas existem flores”, que nos sons dos tambores “há cadencia de vida” e que a fé em um orixá conduz também a consolidação de princípios na formação de um cidadão.

No nosso compreender, o que aparece como silenciamento, negação, desrespeito ou preconceito a Lei 10.639 por parte de alguns livros didáticos, se transformou em uma nova oportunidade de conhecimento, uma nova visão sobre a história negra, percebida ao participar da Olimpíada Nacional em História do Brasil (ONHB) entre os anos de 2017 e 2019, e ser convidada a pensar a história afro-brasileira com outros olhos, outras temáticas, outra perspectiva.

Conforme Pacheco (2005) “criar figuras ou representações que possibilitariam um sentido ao presente, uma inteligibilidade ao outro, bem como a decifração de um espaço” corrobora para que nos debruçemos sobre a 9ª, 10ª e 11ª edições da ONHB, fazendo um levantamento de como a temática negra foi contemplada nestas edições analisando algumas questões presentes na ONHB que debatem a história dos atores sociais negros.

O contato com novas visões, e fontes documentais sobre uma historiografia negra, nos auxiliaram no desenvolvimento de uma “consciência histórica” (Rüsen 2010) sobre o lugar social dos negros na história do Brasil e consolida o que nos fala Meneguello,

atividades como a leitura e interpretação de documentos, análise de materiais iconográficos (mapas, gravuras, mídia em geral) e a interpretação de documentos controversos sobre o mesmo evento histórico foram algumas das atividades propostas às equipes (...) os participantes da Olimpíada, principalmente os estudantes, passam a ter contato com o produzir da história, o fazer historiográfico, levando a esses alunos um pouco da produção histórica científica encontrada nas

instituições de ensino superior do Brasil, e com o qual muito dificilmente teriam contato.” ( MENEGUELLO . 2013) .

Esse nova possibilidade de leitura histórica é o nosso objeto de estudo e tomaremos como elementos fundamentais documentos e questões apresentadas pela ONHB nas últimas três edições, fazendo um comparativo de com a temática abordada pela olimpíada é representada no livro didático.

## METODOLOGIA

Buscando compreender como o universo afro-brasileiro é discutido pela Olimpíada Nacional em História do Brasil (ONHB), realizamos um mapeamento da 9ª, 10ª e 11ª edições que ocorreram entre os anos de 2017 e 2019. Esse levantamento cartográfico trouxe como evidência que a ONHB carrega um eixo de informações e questões bastante significativo sobre a temática negra.

Nas edições estudadas percebemos que a ONHB é composta por 40 questões, sendo subdividida em 10 questões por fase. Ao fazer uma leitura compreensiva observamos e salientamos que nas 3 últimas edições contabilizamos um total de 120 questões e a figura negra foi abordada de forma abrangente atendendo a uma perspectiva do cumprimento da lei 10.639/2003, visto que 24 questões, ou seja, 20% das questões contabilizadas possui uma carga enorme de informações sobre afro-brasileiros e suas práticas culturais e cotidiana, o que legitima os estudos afro-brasileiros como fundamentais na compreensão da formação cultural e histórica brasileira.

Edição	Total de questões	Questões envolvendo temática afro-brasileira	% de composição da prova
9ª	40	8	20%
10ª	40	9	24%
11ª	40	7	16%
Total Geral	120	24	20%

Indagações inseridas junto às questões da olimpíada, obtivemos como respostas uma significativa abordagem sobre a cultura africana, porém, fugindo do panorama de vitimização ou marginalização e inserindo o negro em uma perspectiva de denúncias ou estudos das condições de vida dos africanos e afrodescendentes no regime escravista, o que permite perceber os distintos status presente em uma mesma comunidade onde os negros estavam inseridos, bem como as relações de poder entre senhores e a resistência escrava, as continuidades e discontinuidades do legado cultural africano, como a primeira metade do

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

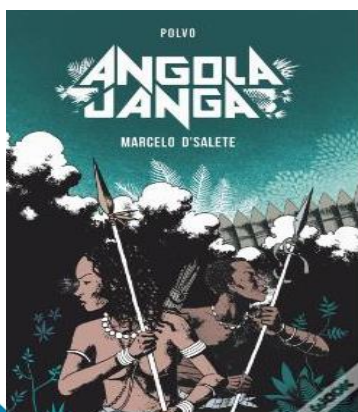
século XX construí o lugar para os negros e, por fim, a formação de novas identidades culturais afrodescendentes, com a ocupação de novos espaços sociais.

De posse do montante das questões com temáticas africanas, selecionamos 4 questões para serem analisadas sendo 1 questão contemplada na 2ª fase da 10ª Edição e que apresenta como temática central um questionamento a coisificação da mão de obra negra. 1 Questão da 3ª Fase da 10ª edição sobre o lugar de memória, e da 3ª fase da 11ª edição escolhemos mais 2 questões que trouxe a tona um dialogo sobre resistência, cultura e identidade africana.

Após a realização da escolha das questões fizemos uma comparação e um enfrentamento junto a visão apresentada no livro didático da coleção História de Ronaldo Vainfas et ali, 2ª edição, São Paulo, editora Saraíva, fornecido pelo MEC (Ministério de Educação) adotado e utilizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Campus de Campina Grande.

Sabemos da importância do livro didático como uma ferramenta metodológica no trabalho de ensino e aprendizagem da disciplina de história, mas também compreendemos que ele ainda se apresenta carregado por uma visão tradicional e legitimadora de um olhar histórico elitista, conservador e fruto de um projeto que nasceu no século XIX como reflete Meserani 1980, “O livro didático é uma dose muito pesada para quem não se submete à Ordem, à Forma, ao Conteúdo, à Estrutura e a todas as manifestações de um mesmo modo de constituir e ver os discursos humanos”.

Essa análise comparativa nos permite atentar para outra visão histórica sobre o lugar social ocupado pelo negro dentro dos discursos dos livros didáticos ou a ausência de um discurso negro, e quando esse esta presente, é a voz de um europeu que o define. Portanto, é necessário que possamos permitir que as vozes africanas ecoem dentro das salas de aula ou nos livros didáticos, e por isso aceitamos o convite para trabalhar a ideia de representação e construção de uma nova percepção do negro como agente social, fruto da possibilidade de



Capa do HQ Angola Janco



Representação de Zumbi de Palmares presente no livro didatico de História.

questionamentos e olhar crítico presente na metodologia da ONHB.



## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao folhear diversos livros didáticos, inclusive o adotado dentro do IFPB campus Campina Grande é evidente, que ao pensar na questão da resistência negra contra a escravidão dentro do século XVII o grande personagem que floresce do canto negro e da memória de luta é a figura de Zumbi de Palmares.

No entanto, cabe citar que em pesquisas recentes ligadas a historiografia sobre a escravidão, novos personagens surgem dentro da história de Palmares. Essa nova abordagem permitiu o surgimento de outras metodologias e recursos didáticos que podem ser inseridas no contexto do estudo da resistência negra a escravidão.



Uma dessas novas metodologias de estudo é a ONHB, que na sua 11ª edição, ofereceu ao alunado de todo o Brasil, para pensarem sobre resistência afro-brasileira contra a escravidão, as páginas iniciais da HQ (história em quadrinhos) Angola Janga, de Marcelo D'Saleta. Na questão 28ª da 3ª fase da ONHB em 2019 o trecho selecionado do HQ e ofertado como fonte

histórica para as equipes responderem a questão, trabalha com o acompanhamento de dois escravos que, em fuga, procuram pela “casa de Cuca”, personagem este que deve oferecer a eles maiores orientações sobre como chegar a Palmares.

Sabemos que a maioria de autores de livros didáticos veem Palmares como um “Centro Africano” reconstruído no Estado Brasileiro com o proposito de combater o regime escravocrata que dominava aquela época. Porém, em uma leitura breve do nosso livro didático pode-se perceber que essa luta por liberdade, se apresenta apenas em quatro parágrafos e um boxe dando ênfase a Zumbi. Todavia, a HQ Angola Janga traz consigo um novo horizonte no que diz respeito à resistência negra de Palmares. Ele nos apresenta um pouco do cotidiano, destacando a questão da língua, como elemento criador de um traço de identidade.

A ONHB ao perceber a grandeza dessa identidade linguística oferece aos alunados a seguinte reflexão “usando termos em quimbundo, uma língua banta, o título do romance gráfico destaca a importância de elementos da África Central para a compreensão de Palmares”. Esse conjunto de informações novas aos alunos os provoca a refletir sobre o que realmente poderia ter sido Palmares, quem são os afro-brasileiros que desejaram viver no seu interior e a motivar o alunado a pesquisa sobre como os atores sociais negros contribuíram na formação do Brasil.

Outra temática abordada pela ONHB faz relação com a mercantilização ou desqualificação negra. Quando estamos em sala de aula, fazendo uso do livro didático como material de estudos, o capítulo sobre o “Ciclo canavieiro” apresenta de forma concretizada o papel negro na economia colonial: um produto, uma coisa, uma peça cara, os braços da moenda, ou o deleite do amor por parte dos senhores de engenho.

Essa mercantilização de pessoa afro-brasileira compõe um cenário que tem início com o tráfico negreiro e suas angústias, esperanças e resistências narradas em inúmeros versos como os de Solano Trindade:

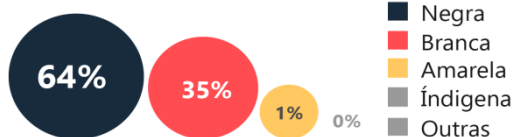
Lá vem o navio negreiro/ Lá vem sobre o mar/ Lá vem o navio negreiro/ Vamos  
minha gente olhar... Lá vem o navio negreiro/ Por água brasileira/ Lá vem o navio  
negreiro/ Trazendo carga humana... Lá vem o navio negreiro /Cheio de melancolia  
/Lá vem o navio negreiro Cheinho de poesia... Lá vem o navio negreiro/ Com carga  
de resistência /Lá vem o navio negreiro Cheinho de inteligência... (Trindade 1961:  
44)

A venda de pessoas por causa da epiderme passa pela história desde o Brasil Colonial e assiste tanto ao surgimento como a construção do caminho que conduz a queda do Brasil Imperial. Mesmo diante da aprovação da lei que pôs fim ao tráfico negreiro internacional para o Brasil em 1850 (Lei Eusébio de Queiroz), ela não coloca fim na sede de comércio sobre a pele negra, o que cria uma nova estratégia de comercialização, agora entre as regiões do Império.

Quando a ONHB oferece em 2018 aos alunos uma questão (12ª questão da 2ª Fase) que tem como fonte a letra da música “A Carne”, cujos compositores são: “Seu Jorge, Marcelo Yuka e Ulisses Cappelletti” e traz como intérprete Elza Soares no álbum: “DO CÓCCIX ATÉ O PESCOÇO” tivemos a oportunidade refletir se realmente essa mercantilização e discriminação sobre a pessoa afro-brasileira acabou ou ela se ela recebeu um novo “estereótipo” no Brasil do século XXI.

A abertura da música com o trecho “A carne mais barata do mercado é a carne negra” nos convida a pensar pelo caminho do eixo crítico trabalhado por Elza Soares em sua música e nos remete que o sofrimento iniciado com o tráfico negreiro em meados no século XVI continua presente em nossa sociedade ao trabalhar dados percentual que se constata que a maioria daqueles que se encontram no interior dos presídios possuem descendência afro-brasileira.

### Sistema Prisional



FONTE: <https://www.conjur.com.br/2017-dez-08/brasil-maior-populacao-carceraria-mundo-726-mil-presos>

A reportagem cujo título é “MEDALHA DE BRONZE Brasil tem a 3ª maior população carcerária do mundo, com 726.712 mil presos” publicada no site <https://www.conjur.com.br> demonstra que existe uma concentração maior de pessoas negras dentro dos presídios o que nos

convida a uma análise histórica sobre quais papéis sociais foram ofertados as pessoas negras pela sociedade.

Portanto, a preocupação dos compositores da música e principalmente da interprete é demonstrar, criticar e denunciar, por meio da canção, que a população negra é presa a uma lógica de violência, que a desqualifica e a estabelece como descartável. No entanto, a visão enfatizada nos livros didáticos, é que a economia das áreas coloniais por volta do século XVI dependia diretamente da mão de obra negra, ou melhor, escrava e sendo assim, a escravidão era um “mal necessário” e aceitável, pois os negros não tinham alma e como já enfatizava Antonil no século XVIII, eles eram as “mãos e os pés dos senhores de engenho”.

Ademais, uma análise sobre a música remete o aluno a questionar qual a visão social no que diz respeito à figura negra nos livros didáticos. Decorrente desta análise, percebesse a idealização de uma desqualificação profissional por conta da cor, trazendo à vista a cultura do racismo, sutilmente também sobre os conteúdos didáticos.

Ao olharmos para a questão 32 da 10ª Edição da ONHB, os alunos foram apresentados por uma fonte histórica importante, “uma placa em um cemitério de Joinville”. Diante daquela fonte compreendemos o que Nora (1993) enfatiza “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga a continuidades temporais, às evoluções, e às relações das coisas. A memória é o absoluto e a história o relativo”. Naquela espaço, agora público, ganha vida com a fonte, o Farge, 2017, nos diz “o arquivo é abundante em personagens, mais que em qualquer texto ou qualquer romance. Esse aglomerado incomum de homens e mulheres, cujo anonimato não diminui em nada seu papel social”.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE  
CASA DA MEMÓRIA DE JOINVILLE  
SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA 2009  
"DIREITO À DIFERENÇA, IGUALDADE DE DIREITOS"

HOMENAGEM AOS AFRO-BRASILEIROS SEPULTADOS  
NO ATUAL CEMITÉRIO DO IMIGRANTE DE JOINVILLE  
ENTRE 1862 - 1870

- 1 – **FAUSTINO** - escravo de João Gomes d'Oliveira, da Freguesia do Sr. Bom Jesus do Paraty. Falecido em 31/07/1862, na casa do médico Wigando Engelke.
- 2 – **ANDRÉ** - escravo de João Leite Basto. Falecido em 18/03/1863 com 2 anos e 6 meses de pneumonia.
- 3 – **JOANNA** - filha de Valentina, escrava de Luiz Budal Arins, morador do Cubatão Grande. Falecida em 01/01/1864 com 4 meses, de febre.
- 4 – **MARIA** - filha da liberta Joanna Lourença. Falecida em 14/12/1864, com 18 anos, de tísica (tuberculose), no Cubatão Grande.
- 5 – **MANUEL** - filho de Ignacia, escrava de Manuel Gonsalves d'Oliveira. Falecido em 07/01/1865 com 1 ano e 6 meses, de sarampo, na Estrada Santa Catarina.
- 6 – **DOMINGOS** - filho de Ignacia, escrava de Manuel Gonsalves d'Oliveira. Falecido em 23/01/1865, com 1 ano e 6 meses, de febre, na Estrada Santa Catarina.
- 7 – **EVA** - escrava de Bento Gerardo Moreira. Falecida em 13/03/1866, com 1 ano e 6 meses, de Atrophia mesaricaia.
- 8 – **SALVADOR** - filho de Ignacia, escrava de Manuel Machado d'Oliveira. Falecido em 05/10/1866, com 3 meses, de febre, na Estrada Santa Catarina.
- 9 – **MARIA** - escrava de João Leite Basto. Falecida em 19/12/1866, com 30 anos, de metrite.
- 10 – **TERESA** - liberta de Augustinho Budal. Falecida em 16/10/1867, com 45 anos, de febre nervosa, no Rio Riacho.
- 11 – **MARTINHO** - filho da liberta Germana. Falecido em 15/05/1868, com 2 meses e 12 dias, "da moléstia de figado bravo", no Rio Riacho.
- 12 – **SALVADOR** - filho de Maria, escrava de Lourenço José de Braga, morador do Rio Riacho. Falecido em 22/03/1869, com 1 dia, morte natural.
- 13 – **PRASIDO** - escravo de Gaspar Gonsalves de Araújo. Falecido em 29/05/1869, com 5 meses, de hética, no Cubatão Grande, distrito da freguesia de Nossa Senhora da Glória do Sahy.
- 14 – **DAMASIO RODRIGUEZ** - solteiro, natural de Paranaguá, morador da ilha dos Espinheiros. Falecido em 27/07/1870, com cerca de cinquenta anos, de tísica (tuberculose).

FONTE : dados extraídos do "Livro de Assentos de Óbitos Católicos da Freguesia de São Francisco Xavier de Joinville (1858 – 1875). Livro nº 1". Anotações do Padre Carlos Boegershausen.



O documento que informa o nome de 14 negros, a data e a causa da morte de cada um deles, e também traz um trecho de uma notícia de 2011 sobre uma cerimônia em homenagem aos 14 negros, já citados, que foram sepultados no Cemitério dos Imigrantes. Esta questão relaciona-se a dois debates historiográficos importantes, um discutindo o a experiências de vida destes negros na construção da cidade de Joinville paralelo ao início do movimento abolicionista já que os negros foram sepultados entre os anos de 1862 e 1870 presente no livro didático.

A exploração escravocrata do africano, narrada no livro didático, marcou a cultura brasileira e a formação de valores em relação ao trabalho, aos seres humanos e às organizações, onde conforme as autoras,

“Em nenhum outro país a escravidão teve a dimensão brasileira, enquanto 389 mil africanos desembarcaram nos Estados Unidos, no Brasil foram 4,9 milhões, o equivalente a 45% de toda a população que deixou a África como escrava, e com a grande parte dos descendentes daqueles que chegaram também foram escravizados. O gigantismo da escravidão no Brasil dificultou o seu fim” (ROSSI e GRAGNANI, 2018 p. 6).

No entanto, de posse desta fonte ofertada pela olimpíada, outra visão historiográfica interessante para ser refletida, pois ela nos proporciona pensar que a inauguração da placa em 2009 e as comemorações que se seguiram dão uma dimensão plural e inclusiva à celebração da memória dos mortos enterrados no cemitério. E nos convida agora a compreender que o cemitério é conhecido como “Cemitério dos Imigrantes” por reconhecer que tanto os enterrados de origem europeia quanto os negros escravizados são estrangeiros que imigraram para o Brasil. Aqui encontramos uma relação direta com o reconhecimento da identidade daqueles afro-brasileiros.

Trazer um documento com o nome dos negros homenageados no Cemitério dos Imigrantes fazem as equipes participantes da ONHB refletirem sobre a importância que a memória tem para a construção do futuro, e principalmente a oportunidade do revisionismo historiográfico sobre o papel ocupado por atores sociais negros na formação de cidades e do próprio Brasil.



negros, seja em questão social, econômica, cultural, política ou artística.

O jornal Quilombo foi fundado em 1948 por Abdias Nascimento, com o propósito de divulgar as peças do Teatro Experimental do Negro (TEN) e, principalmente, para dar voz a pessoas que tinham visão crítica sobre a democracia racial, que ganhava força por causa da imagem positiva imposta pelo governo de Getúlio Vargas na época, e o preconceito racial. Desta forma, Quilombo pretendia dar forças para a antiga luta do movimento social negro.

Ao pensarmos as décadas de 1930 e 1940 pelo livro didático, passaremos pelo período conhecido com “Era Vargas” que se apropria de um discurso de construção do nacionalismo e da indústria, transformando o homem e a mulher negra em apenas operários do morro, que precisam de um emprego nas fábricas e, portanto, aqueles que não desejavam trabalhar, eram o “boêmio”, o “malandro”, o de “vida leve”, e na leitura da época um péssimo exemplo de cidadania.

Fugindo dessa óptica presente no livro didático, quando o aluno toma posse da leitura do jornal Quilombo compreende ele como um expoente da imprensa negra, que tem a questão racial como central nas experiências cotidianas. Ele dá vida e torna possíveis a compreensão das “experiências/sentimentos” de empregadas domésticas, operários e estudantes. Ao trazer

Pensando ainda sobre os espaços ou lugares sociais ocupados pelos negros dentro da nossa sociedade principalmente no século XX, a questão de número 18 da segunda fase presente na 11ª edição da ONHB, teve como fonte de apoio e pesquisa, páginas do jornal “O Quilombo: vidas, problemas e aspirações do negro”, estas páginas nos convidam a perceber o destaque e o protagonismo social dos

na capa a ativista e atriz Ruth de Souza, participante do Teatro Experimental do Negro (TEN) percebesse a exaltava aos talentos e a beleza de uma mulher negra.

Portanto, a ONHB, através desta questão, dá relevância ao jornal Quilombo, que foi criado, especialmente, com o propósito de criticar duramente o mito da “democracia racial”, e aos mesmo tempo admitir que havia uma articulação do movimento negro no Brasil, que não se percebe no livro didático, permitindo assim que conheçamos a história do negro contada por si próprio.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Quando Prinsky defende que precisamos pensar em “novos temas nas aulas de história”, como historiadora, ela propõe que as temáticas podem ser revisitadas trazendo novas perspectivas para além das já presentes nos livros didáticos e na concepção tradicional do Ensino de História. A autora nos convida a olhar os documentos buscando uma nova abordagem, uma nova pergunta, uma nova fonte, uma pergunta que possibilite que aqueles que foram silenciados por séculos, possam ecoar sua voz.

Ter uma lei que traga a obrigatoriedade do ensino de História afro-brasileira é importante para que se reconheça o passado grandioso de homens e mulheres que fizeram parte dessa nação, não apenas como uma força de trabalho, mas como um ator social, agente histórico que deixou heranças e traços presentes em nosso cotidiano.

No entanto, é necessário revisitar e sempre questionar os livros didáticos e percebendo como as narrativas sobre o papel do negro são construídas, narradas, ou estereotipadas. Esse despertar para uma consciência histórica, é o que a ONHB trouxe ao alunado, visando não só cumprir a lei, mas oferecer um espaço aos alunos de compreensão pela memória, as intervenções e o ocupar social negro na sociedade.

Essa precisa ser uma constante dentro das salas de aulas, do outros espaços dentro da escola e principalmente fora dos muros, para que, quando uma pessoa negra andar nas ruas, não seja vista apenas como um “resistente quilombola” ou uma parte da “carne mais barata do mercado”, mas sim, um cidadão, dotado de direitos e que tem a sua história contada como um agente ou ator social.

## REFERÊNCIAS

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**. Est. Bibliogr. Por Affonso Taunay.; notas de Fernando Sales. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP. 1982. (Reconquista do Brasil; nova série; v. 70).

BRASIL. **Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

\_\_\_\_\_. **Lei 11.645/08 de 10 de Março de 2008**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

De CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**. 17ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

FILHO, Ney Bello. **MEDALHA DE BRONZE Brasil tem a 3ª maior população carcerária do mundo, com 726.712 mil presos**. Revista **Consultor Jurídico**, 8 de dezembro de 2017 disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-dez-08/brasil-maior-populacao-carceraria-mundo-726-mil-presos>> acesso em 02/10/2019

D'SALETE, Marcelo. **Angola Janga: uma história de palmares**. São Paulo: Veneta, 2017.

FARGE, Arlette. **O Sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995 p. 89.

MENEGUELLO, Cristina. **Olimpíada Nacional em História do Brasil – uma aventura intelectual?** Disponível em:

<[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/mydownloads\\_01/single.php?cid=42&li=6841](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/mydownloads_01/single.php?cid=42&li=6841)>. Acesso em 25 de Setembro de 2019.

MESERANI, Samir Curi. **Apresentação da edição brasileira**. In: ECO, Umberto; BONAZZI, Marisa. **Mentiras que parecem verdades**. Trad. Giacomina Faldini. São Paulo: Summus, 1980.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. Nº 10, p. 12. 1993.

PACHECO, Alexandre. **As Implicações do conceito de representação em Roger Chartier com as noções de habitus e campus em Pierre Bourdieu**. ANPUH - XXIII Simpósio Nacional Em História. Londrina, 2005.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.) **Novos temas nas aulas de história**. São Paulo, Editora Contexto, 2013.

ROSSI, Amanda e GRAGNANI Juliana. **A luta esquecida dos negros pelo fim da escravidão no Brasil**. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/resources/idth-sh/lutapelaabolicao>> acesso em 02/10/2019

RÜSEN, Jörn. História Viva. **Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico** Brasília: Editora da Unb, 2010.

SILVA, Ana Célia. **A discriminação do negro no livro didático**. Salvador: CED – Centro Editorial Didático e CEAO – Centro de Estudos Afro – Orientais 1995.

TRINDADE, Solano. **Poemas de uma vida simples**. Rio de Janeiro: [s.e.] 1944

VAINFAS, Ronaldo et al. **História**. 2 ed. São Paulo: Saraiva 2013.